



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ FEDERAL DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL PARA ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DECORRENTE DE FLUXO MIGRATÓRIO PROVOCADO POR CRISE HUMANITÁRIA

1 Às quinze horas do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezoito, iniciou-se a sétima
2 reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial, na sala noventa e oito, no quarto
3 andar do Palácio do Planalto. Estavam presentes os membros e suplentes do Comitê,
4 ministros e secretários-executivos: Ministro Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; Subchefe
5 de Articulação e Monitoramento, Natália Marcassa; Subsecretária-Geral das
6 Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos, embaixadora Maria Dulce
7 de Barros; Secretário-Executivo do Ministério da Educação, Felipe Sigollo; Ministra em
8 Exercício do Ministério do Desenvolvimento Social, Tatiana Alvarenga; Secretária
9 Nacional de Assistência Social, Maria do Carmo Brant de Carvalho; Ministro da Saúde,
10 Gilberto Occhi; Secretário Substituto da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa,
11 Ulisses de Melo Amorim; Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da
12 Presidência da República, Sérgio Etchegoyen, além de demais participantes conforme
13 lista de presença anexa. **Após a leitura da pauta da reunião, o Ministro Eliseu Padilha,**
14 **como presidente do Comitê, abordou a ata da reunião anterior. Ela foi aprovada por**
15 **unanimidade. Em seguida, tratou-se do Plano de Interiorização, que foi, igualmente,**
16 **aprovado pelos presentes.** Como **terceiro item de pauta, a Subchefe Natália Marcassa**
17 **apresentou o segundo relatório trimestral do Comitê Federal de Assistência**
18 **Emergencial. O relatório aponta que as iniciativas previstas para o ordenamento da**
19 **fronteira foram concluídas com a implantação de dois postos de triagem (um em**
20 **Pacaraima e um em Boa Vista), com a oferta dos seguintes serviços: controle migratório**
21 **e regularização migratória, ambos realizados pela Polícia Federal, e cadastramento dos**
22 **imigrantes, realizado pelo ACNUR; imunização (parceria entre o Ministério da Defesa e**
23 **o Ministério da Saúde); atendimento social das pessoas mais vulneráveis, pelo**
24 **Ministério do Desenvolvimento Social; atendimento de garantia e proteção dos direitos**
25 **humanos, pelo Ministério dos Direitos Humanos e agências pertinentes das Nações**
26 **Unidas; emissão de CPF e Carteira de Trabalho, pela Receita Federal e Ministério do**
27 **Trabalho. Foi também implantado, em Pacaraima, pelo Ministério da Defesa, Posto de**
28 **Atendimento Avançado para atendimento de saúde a migrantes. O relatório aponta a**
29 **existência de doze abrigos, sendo dois em Pacaraima e dez em Boa Vista. Atualmente,**
30 **os centros abrigam cinco mil e trezentas pessoas e oferecem três refeições diárias, kits**
31 **de higiene, aulas de português, atividades culturais e para crianças, possibilidade de**
32 **contato telefônico com parentes na Venezuela, fornecimento de matéria prima para que**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

33 indígenas produzam artesanato e a segurança pelas forças armadas vinte e quatro horas
34 por dia. A **Subchefe Natalia Marcassa** também apresentou ações de políticas públicas
35 dos ministérios para os imigrantes: o Ministério do Desenvolvimento Social investiu sete
36 milhões e duzentos mil reais para garantir o acolhimento dos imigrantes no estado de
37 Roraima, bem como nos municípios da Interiorização; o Ministério da Saúde
38 desenvolveu diferentes ações como a imunização e atendimento clínico no estado de
39 Roraima; o Ministério do Trabalho emitiu vinte e duas mil novecentos e oitenta e cinco
40 carteiras de trabalho. Além dessa iniciativa, o Ministério do Trabalho também elaborou
41 e disponibilizou, na Escola do Trabalhador, curso de educação à distância para
42 hispânicos. Foram realizadas ainda auditorias para verificação de trabalho infantil e
43 escravidão. O relatório dá ainda conta da emissão de dois mil, oitocentos e noventa e
44 três mil Cadastros de Pessoa Física para venezuelanos. O relatório atualiza, também, as
45 informações relativas à interiorização dos imigrantes; às medidas adotadas para
46 acelerar esse processo, a partir da determinação do Presidente da República; à
47 ampliação das formas de interiorização; à ampliação das parcerias com instituições
48 religiosas, que foi possibilitada a partir da destinação de oito milhões de dólares pelo
49 governo dos Estados Unidos para esse fim. Com o esforço do governo federal, das
50 Nações Unidas e dos estados e municípios brasileiros, já se logrou interiorizar dois mil e
51 seiscentos venezuelanos de abril até outubro/2018. A expectativa é que se intensifique
52 a interiorização em novembro e em dezembro de 2018, para o que será necessário
53 pactuar novas vagas com municípios receptores. Dessa forma, segundo informou a
54 subchefe Natália Marcassa, foi cumprida a determinação presidencial de aumentar o
55 número de pessoas interiorizadas. Para além da estratégia de interiorização, foram
56 realizadas diversas ações de sensibilização, junto a empresários, para viabilizar o acesso
57 dos venezuelanos ao mercado de trabalho. Por fim, ela solicitou aos presentes a
58 apreciação do relatório e, caso houvesse contribuições a serem feitas, fossem as
59 mesmas enviadas à equipe da SAM/CC para que o relatório final possa ser divulgado
60 dentro de sessenta dias. Em seguida, ainda no mesmo item de pauta, o coordenador
61 operacional, **General Eduardo Pazuello**, passou a apresentar o andamento da Operação
62 Acolhida. Informou sobre as licitações realizadas pelo Exército Brasileiro para a execução
63 da Operação Acolhida no estado de Roraima. Elogiou o trabalho de toda a Casa Civil
64 que atua no tema. Segundo disse, a operação alcançou seu objetivo, uma vez que a
65 fronteira está em ordem, o fluxo migratório controlado e imigrantes são atendidos nos
66 abrigos. Ele destacou todos os órgãos públicos e as demais entidades envolvidas na
67 operação e, em seguida, apresentou um vídeo com instalações dos abrigos e do
68 ordenamento da fronteira. De acordo com o coordenador operacional, há um fluxo
69 diário de pessoas que moram e trabalham entre as duas cidades fronteiriças – Pacaraima
70 e Santa Elena de Uairén, na Venezuela -, o que não é atendido pelo posto de triagem. A



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

71 estrutura se destina apenas ao atendimento de pessoas que entram com o objetivo de
72 solicitação de residência temporária ou de refúgio. Caso essas pessoas entrem no país
73 com alguma vulnerabilidade, elas são encaminhadas ao atendimento social e, se
74 necessário, ao abrigo BV8, em Pacaraima. Foi apresentado o dado do dia anterior sobre
75 o fluxo na fronteira ordenada: dos quatrocentos e sessenta e sete venezuelanos que
76 passaram pelo local, duzentos e oito buscaram atendimento na Polícia Federal sobre
77 regularização migratória. A questão dos indígenas estaria igualmente equacionada na
78 visão do general, pois não foram registradas intercorrências ultimamente. Além disso,
79 informou que, o hospital de Pacaraima recebeu mudanças e apoio das Forças Armadas.
80 Em Boa Vista, há dez abrigos, com a capacidade conjunta de atendimento para até cinco
81 mil pessoas. Além dos abrigos, foi feito o ordenamento da rodoviária e desdobrado novo
82 posto de triagem próximo à Superintendência da Polícia Federal em Boa Vista. Segundo
83 informado pelo general, o trabalho é incansável para que não se tenha pessoas em
84 situação de rua, mas, como a chegada de imigrantes é constante, há dificuldades
85 naturais para alcançar-se esse objetivo, sobretudo nas mediações da rodoviária de Boa
86 Vista. No abrigo de Pintolândia, os indígenas são separados por subetnias e há espaço
87 destinado à venda de artesanato. O abrigo Randon 3 está iniciando suas atividades, com
88 capacidade para mil pessoas. O espaço ao redor da rodoviária passou por processo de
89 organização e limpeza, com o corte de grama, poda de árvores, recolhimento de lixo etc.
90 Informou ainda que, após tentativas, sem sucesso, de negociação com o governo
91 estadual e municipal, o Exército tomou a iniciativa de realizar essas benfeitorias ao redor
92 da rodoviária, usando a própria estrutura de manutenção da rodoviária e o trabalho
93 voluntário de venezuelanos. Na rodoviária de Boa Vista, foram criados ainda um posto
94 de informações, em parceria com as agências das Nações Unidas, e um guarda volumes
95 para atender as cerca de quinhentas pessoas que vivem no local. O abrigamento dessas
96 pessoas ocorre de forma gradativa e há a expectativa de que, dentro de duas semanas,
97 haja um equilíbrio. Todos eles recebem almoço diariamente e doações da população.
98 **General Pazuello** seguiu informando sobre a operação controle, no âmbito da qual se
99 destacou equipe de brigada para atuar na rodovia BR-174 e em pontos de controle, em
100 especial no que está localizado na entrada da cidade de Pacaraima. Uma média de
101 trezentos e oitenta venezuelanos passa por dia por esse ponto, sendo que a média dos
102 últimos trinta dias foi ligeiramente menor do que a média total. Desde o início do ano,
103 oitenta e oito mil venezuelanos já passaram por esse ponto de controle. No local, todos
104 os veículos são parados e identificados durante vinte e quatro horas. Foi percebida
105 também a queda do número de imigrantes que vão a pé de Pacaraima a Boa Vista, como
106 resultado do ordenamento de fronteira. A média de outubro foi de nove venezuelanos
107 por dia, sendo que o Exército tem conseguido viabilizar a alocação dessas pessoas em
108 caronas. Foi feito também o controle quantitativo de quem sai da capital de Roraima



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

109 pela rodovia e via aérea. Dessa forma, percebeu-se que, por mês, cerca de setecentas
110 pessoas ficaram na cidade, sendo que, desses, estima-se que quinhentos estão em
111 situação de extrema vulnerabilidade. Esse é um número que foi contabilizado pela
112 própria Operação Acolhida, uma vez que a Polícia Federal não dispõe de meios para
113 obtê-lo, pois não detém controle do fluxo interno. O coordenador da Operação Acolhida
114 também informou que foram oferecidas até agora o total de um milhão e quinhentas
115 mil refeições. Para esse trabalho, foram empenhados cento e quarenta milhões de reais
116 em 2018, sendo necessários mais trinta e dois milhões de reais para ser possível chegar
117 até fevereiro 2019. Esse recurso precisa ser disponibilizado ainda no mês de outubro
118 para manutenção do padrão de atendimento. Em seguida, o **Ministro Eliseu Padilha**,
119 elogiou o trabalho e defendeu que é fundamental manter e intensificar a interiorização
120 dos imigrantes, para atender ao fluxo mensal dos imigrantes vulneráveis que chegam a
121 Boa Vista. **A Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, Tatiana**
122 **Alvarenga**, detalhou os esforços feitos pelo órgão para viabilizar a interiorização e
123 informou que é necessário sensibilizar estados e municípios para a importância do
124 processo. Cerca da metade das vagas oferecidas aos venezuelanos foi obtida com o
125 apoio da sociedade civil. Há a dificuldade de obtenção de prédios nos municípios e,
126 muitas vezes, há necessidade de reforma e adaptação do local para receber os
127 venezuelanos. Ela lembrou que o aluguel social oferecido pelo ACNUR poderá
128 potencializar a rotatividade nos abrigos. O imigrante também pode contar com outros
129 benefícios do governo, como o Programa Bolsa Família e demais benefícios eventuais.
130 Os municípios têm reclamado do aumento da demanda por serviços de educação e
131 saúde. É preciso que, na conversa com os municípios, o Ministério da Educação se faça
132 presente para informar sobre possíveis estratégias para eventual aumento de
133 atendimento na rede de ensino sem a necessidade de se aguardar o censo escolar para
134 recompor os recursos financeiros aos municípios. A mesma situação cabe a área da
135 saúde. **Tatiana Alvarenga** lembrou ainda que há prédios da união que estão
136 desocupados e questionou se não poderia eventualmente ser usados para fins de
137 acolhimento de migrantes. Informou que é preciso mobilizar mais agentes e instituições
138 para o trabalho de interiorização. O **Secretário Executivo Adjunto do Ministério do**
139 **Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Walter Baere**, informou que demandará
140 com urgência a Secretaria de Patrimônio da União para verificar os tipos de imóveis que
141 poderão ser usados para essa finalidade. O **Ministro Eliseu Padilha** questionou se o
142 acesso dos venezuelanos ao mercado de trabalho é acompanhado da liberação da vaga
143 do abrigo para outro imigrante. Em resposta, a **Subchefe Natália Marcassa** comentou
144 que a inserção no mercado de trabalho começa cerca de três ou quatro meses após o
145 abrigamento. Atualmente, algo em torno de cinquenta por cento das pessoas abrigadas
146 já estão trabalhando. Esses empregados ainda não desocuparam abrigos, sobretudo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

147 porque algumas localidades têm aluguel mais caro, e o salário inicial que ganham ainda
148 não é suficiente para arcar com esses e outros custos, de maneira que precisam antes
149 economizar para poder sair do abrigo. Assim, a taxa de saída do abrigo é de trinta ou
150 quarenta por cento. As agências das Nações Unidas estão começando a trabalhar, em
151 Manaus, com bolsa de subsistência e planejam ampliar a iniciativa para outras
152 localidades. Por isso, é fundamental o repasse de recursos do Ministério do
153 Desenvolvimento Social para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os
154 Refugiados. Já está na Subchefia de Assuntos Jurídicos, uma medida provisória para
155 viabilizar o repasse. Por outro lado, o orçamento do que é necessário para o ano que
156 vem já está com o Ministério do Planejamento. É necessário saber o volume de recursos
157 necessário para viabilizar a continuidade da Operação Acolhida nos três primeiros meses
158 de dois mil e dezenove, com o objetivo de subsidiar a liberação de crédito extraordinário
159 por meio de medida provisória, o que será tratado como último ponto da pauta. Dessa
160 forma, a subchefe da Casa Civil apontou que é necessária a decisão do Comitê Federal
161 sobre a elaboração da medida provisória para a continuidade de recursos e assim dar
162 continuidade à operação. **Quarto item da Pauta - o Secretário de Vigilância em Saúde**
163 **do Ministério da Saúde, Osnei Okumoto**, apresentou as ações de saúde promovidas em
164 benefício de venezuelanos. Informou que, com o aumento progressivo do número de
165 venezuelanos no país, houve também o aumento de aporte de recursos. Dessa forma,
166 entre dois mil e dezessete e dois mil e dezoito, foram investidos duzentos e um milhões
167 de reais adicionais em Roraima. Esses recursos foram destinados a obras em unidades
168 de saúde, reforço e ampliação no atendimento hospitalar e na atenção básica, aquisição
169 de vacinas para imunização da população contra doenças, entre outras ações de
170 vigilância em saúde. Além disso, houve uma parceria com o Ministério da Defesa para
171 viabilização da sala de vacinação e profissionais lotados permanentemente, além de
172 treinamento desses profissionais para o desempenho da atividade. Foi disponibilizado
173 sistema informatizado do SUS, para que os dados de imunização possam ser inseridos
174 no banco de dados do Ministério da Saúde. **Quinto item da Pauta - o Ministro Eliseu**
175 **Padilha** passou a palavra ao **Coordenador-Geral de Polícia de Imigração da Polícia**
176 **Federal, delegado Alexandre Patury**, que apresentou dados de imigração atualizados.
177 Ele iniciou esclarecendo que há eventuais divergências entre os dados dele e os
178 apresentados pelo Exército, uma vez que o Exército teve a possibilidade de verificar o
179 número de pessoas na cidade de Boa Vista, e a Polícia Federal não tem meios para fazer
180 esse rastreamento, visto que controla somente a entrada e a saída de estrangeiros de
181 território nacional e não dispõe das informações do trânsito entre cidades brasileiras.
182 No entanto, ele ressaltou que essa atividade tem limitações em fronteiras por terra, pois
183 ela não é fechada, e o trânsito de pessoas sem a abordagem da Polícia Federal é comum.
184 Isso é diferente no aeroporto, onde ninguém entra e sai sem passar pela imigração. Esse



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**

185 modelo, nas fronteiras terrestres, geraria intermináveis filas, porque o fluxo de pessoas
186 é constante entre algumas cidades como, por exemplo, na Ponte da Amizade em Foz do
187 Iguaçu. Em relação à situação migratória, esclareceu que o número oficial dos que
188 entraram por Pacaraima e buscaram a Polícia Federal é de cento e setenta e seis mil,
189 esse público pode ser identificado nominalmente pela Polícia Federal. No entanto, é
190 difícil determinar se essas pessoas ainda estão no território brasileiro, porque há um
191 movimento pendular não desprezível, o que deixa essa contagem de ida e volta
192 imprecisa. Observações e cálculos matemáticos apontam uma tendência de queda do
193 número de pessoas que estão entrando, embora seja difícil fazer previsões no tema de
194 imigrações. Informou também, que o número de agentes da PF em Pacaraima não é
195 maior, porque a cidade representa percentagem pequena no volume total de imigração
196 nacional. Foram obtidos dados junto às companhias aéreas, mas há dificuldade de
197 utilização desse dado, porque os nomes das pessoas por vezes aparecem de forma
198 diferente nos bilhetes aéreos, o que impede qualquer correlação. Observando-se o
199 número de venezuelanos que permaneceram no Brasil, nota-se clara correspondência
200 com o número que pediu regularização migratória. Em relação ao tipo de situação
201 migratória, ele informou que a tendência é que haja um aumento do pedido de
202 residência, em detrimento da solicitação de refúgio. A ideia é a publicação de uma
203 portaria interministerial que estimula a solicitação da residência temporária. Como
204 exemplo, foi citada a situação dos haitianos, que inicialmente solicitavam o refúgio, mas
205 com o tempo passaram a pedir residência temporária. Por fim, agradeceu o apoio da
206 Casa Civil e do Exército Brasileiro, em especial no que concerne aos profissionais
207 disponibilizados, já que a PF possui baixo efetivo em Roraima. **Como último item de**
208 **pauta, abordou-se a continuidade da Operação Acolhida no ano de 2019. O Ministro-**
209 **Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General**
210 **Sergio Etchegoyen,** defendeu a necessidade de construir agora a continuidade da
211 política, para não deixar essa missão para o novo governo, que terá muitas outras
212 agendas prioritárias no início da gestão. Independentemente do processo eleitoral, a
213 Venezuela continua em crise, e o Brasil continua sendo um país atrativo para os
214 imigrantes. O **Ministro Eliseu Padilha** informou que a dotação orçamentaria é
215 importante para continuidade das ações, sendo necessária decidir se o atual governo
216 editará Medida Provisória de crédito extraordinário com recursos para o ano inteiro de
217 2019 ou só para o primeiro trimestre de 2019. O **Ministro da Saúde - Gilberto Occhi,**
218 concordou que seja editada uma medida provisória ainda neste governo, porque o
219 Congresso só retorna em fevereiro, então é bom que a operação seja mantida no
220 primeiro trimestre do ano de 2019. Por sua vez, manifestando concordância, o
221 **Secretário Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e**
222 **Gestão, Walter Baere,** também entendeu que, para o momento, a melhor solução é



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

223 obter provisões para continuação do programa até o encerramento do primeiro
224 trimestre de 2019. **A Subsecretária-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos**
225 **Consulares e Jurídicos (SGEB) do Ministério das Relações Exteriores, Embaixadora**
226 **Maria Dulce Silva Barros**, concordou com as observações feitas pelos Ministros de
227 Estado que a antecederam, afirmou que a Operação Acolhida tem méritos e precisa ser
228 mantida. Relatou ainda que, em conversas com representantes de outros países sul-
229 americanos, percebeu que o Brasil está tendo uma posição positiva, uma vez que,
230 enquanto muitos países vizinhos buscam sobretudo controlar entrada de migrantes, o
231 Brasil está somando esforços para acolhê-los com dignidade. A Sra. SGEB fez uma
232 menção especial ao enfoque dado pelo relatório da Operação Acolhida aos direitos
233 humanos e à inauguração da Casa da Mulher Brasileira em Boa Vista. Por fim, informou
234 que levará referências sobre a Operação Acolhida à reunião que participará no Chile.
235 Presente na reunião, **o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Justiça,**
236 **Claudenir Brito Pereira**, manifestou-se pela provisão de recursos para a operação até
237 março 2019. **O Chefe de Logística e Mobilização do Ministério da Defesa, General**
238 **Laerte de Souza Santos**, informou que era preciso levantar e projetar as necessidades
239 de recursos para toda a Operação Acolhida, incluindo o transporte aéreo até Roraima e
240 alimentação para a interiorização. **A Subchefe Natália Marcassa** esclareceu que a
241 decisão então era unânime no sentido de prosseguir com a solicitação de recursos
242 orçamentários para operação até março 2019. Assim, será realizado o levantamento de
243 recursos necessários para compor a proposta de Medida Provisória. Às dezesseis horas
244 e cinquenta minutos, **o Ministro Eliseu Padilha** encerrou a reunião

Brasília, 16 de outubro de 2018.

Casa Civil – Presidência da República		Ministério do Desenvolvimento Social	
TITULAR Ministro Eliseu Padilha		TITULAR Ministro Alberto Beltrame	
SUPLENTE Subchefe Natália Marcassa		SUPLENTE Maria do Carmo Brandt de Carvalho	
Ministério da Justiça		Ministério de Saúde	
TITULAR Ministro Torquato Jardim		TITULAR Ministro Gilberto Occhi	
SUPLENTE Gilson Libório		SUPLENTE Ulisses de Melo Amorim	
Ministério da Defesa		Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	
TITULAR Ministro Gen. Joaquim Silva e Luna		TITULAR Ministro Esteves Colnago	
SUPLENTE Almirante Ademir Sobrinho		SUPLENTE Gleisson Cardoso Rubin	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL

Ministério das Relações Exteriores		Ministério da Integração Nacional	
TITULAR Ministro Aloysio Nunes		TITULAR Ministro Antônio de Pádua de Deus Andrade	
SUPLENTE Embaixadora Maria Dulce Barros		SUPLENTE Marlon Cambraia	
Ministério da Educação		Ministério dos Direitos Humanos	
TITULAR Ministro Rossieli Soares da Silva		TITULAR Ministro Gustavo do Vale Rocha	
SUPLENTE Felipe Sigolo		SUPLENTE Engels Augusto Muniz	
Ministério do Trabalho		Gabinete de Segurança Institucional	
TITULAR Caio Luiz de Almeida Vieira de Mello		TITULAR Ministro Sérgio Etchgoyen	
SUPLENTE Admilson Moreira		SUPLENTE Brigadeiro do Ar Dilton José Schuck	
		Ministério da Segurança Pública	
		TITULAR Ministro Raul Beléns Jungmann Pinto	
		SUPLENTE Silvana Helena Borges	